

tiva cominada no montante de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), no prazo de 30 (trinta) dias e, na hipótese de inadimplimento, a remessa dos presentes autos ao Departamento Fiscal da Procuradoria Geral do Município de São Paulo, para inscrição do referido débito na Dívida Ativa do Município, **bem como para, no mesmo prazo, proceder à restituição integral dos danos causados à Administração Pública, conforme prevê o artigo 6º, § 3º, da Lei Federal nº 12.846/2013;** d)- intimação de **RONALDO VIANA MARTINS CARVALHO** e **SEVERINO JOSÉ MAFALDO**, antigos sócios-administradores da extinta pessoa jurídica OPÇÃO UM - PRODUÇÃO DE ÁUDIO, CINE, VÍDEO E IMAGEM LTDA. - ME, CNPJ/MF nº 05.871.345/0001-34, para, nos termos do artigo 23, inciso II, do Decreto Municipal nº 55.107/2014, **promoverem a publicação do extrato da decisão condenatória**, previsto no artigo 17, parágrafo único, do mesmo Decreto, **em jornal de grande circulação na Cidade de São Paulo**, considerando a impossibilidade fática de publicação nas demais formas previstas na referida norma;

e)- **inserção das informações necessárias no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP**, nos termos do artigo 22 da Lei Federal nº 12.846/2013, regulamentado pelos artigos 45 e seguintes, do Decreto Federal nº 8.420/2015;

f)- **publicação de extrato desta decisão no sítio eletrônico da Controladoria Geral do Município**, nos termos do artigo 23, parágrafo único, do Decreto Municipal 55.107/2014 e, por fim;

g)- **extração de cópias destes autos a fim de instruir o processo administrativo destinado à apuração de responsabilidade administrativa** da organização social Instituto Brasileiro de Gestão Cultural.

Para os fins do artigo 23, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 55.107/2014, segue extrato da decisão condenatória (Anexo Único).

Aguarde-se eventual apresentação de recurso ou o decurso do prazo recursal.

Publique-se e intime-se a defesa.

Anexo Único

EXTRATO DE DECISÃO CONDENATÓRIA PROFERIDA EM PROCESSO DE RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DE PESSOA JURÍDICA

PROCESSO Nº 2017-0.006.819-5

Por decisão do Senhor Controlador Geral do Município de São Paulo, publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo de 12/01/2019, **RONALDO VIANA MARTINS CARVALHO** e **SEVERINO JOSÉ MAFALDO**, antigos sócios-administradores da extinta pessoa jurídica OPÇÃO UM - PRODUÇÃO DE ÁUDIO, CINE, VÍDEO E IMAGEM LTDA. - ME, CNPJ/MF nº 05.871.345/0001-34, foram solidariamente condenados às seguintes sanções: (i) ao **pagamento de MULTA ADMINISTRATIVA, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)**, no prazo de 30 (trinta) dias, com fundamento no artigo 6º, §4º, da Lei Federal nº 12.846/2013, combinado com os artigos 21 e 22, ambos do Decreto Municipal nº 55.107/2014, bem como (ii) à **PUBLICAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DA DECISÃO CONDENATÓRIA, na forma de extrato de sentença, em jornal de grande circulação na Cidade de São Paulo**, considerando a impossibilidade fática de publicação nas demais formas previstas na referida norma, com fundamento no artigo 6º, caput, inciso II, e §5º, da mesma Lei e também nos artigos 17, parágrafo único, e 23, inciso II, ambos do referido Decreto Municipal, em razão da prática de conduta tipificada pelo artigo 5º, inciso I, da referida Lei, ressalvando que a aplicação destas sanções não exclui, sob qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado (artigo 6º, § 3º, da citada Lei). A condenação decorre da prática de atos contra a Administração Pública Municipal de São Paulo (Lei Federal nº 12.846/2013 - LEI ANTICORRUPÇÃO), em razão de a referida pessoa jurídica, atualmente extinta, haver dado, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada, na medida em que emitiu notas fiscais e recebeu os respectivos pagamentos por serviços não prestados, no âmbito da Fundação Theatro Municipal de São Paulo - FTMS, causando prejuízos ao erário municipal.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

GABINETE DO PROCURADOR GERAL

CONTABILIDADE

LINHA DE ATENDIMENTO DIRETO: 3396-1647

DESPACHOS DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE

6021.2018/0024847-5 – PROCED -Nos termos do disposto no artigo 16, do Decreto nº. 48.592, de 06 de agosto de 2007, **APROVAMOS** a prestação de contas do processo de adiantamento em nome de GISELE APARECIDA GUIMARÃES, CPF nº 104.026.218-08, RF nº 736.222-6/1 referente ao mês de NOVEMBRO de 2018, no valor de R\$ 100,00 (Cem reais).

6021.2018/0024840-8 – DESAP - Nos termos do disposto no art. 16, do Decreto n.º 48.592 de 06 de agosto de 2007,**APROVAMOS** a prestação de contas do processo de adiantamento em nome de SOLANGE APARECIDA MARIANO, CPF nº 092.367.338-59, RF 642.058.3, referente ao mês de NOVEMBRO de 2018 , no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

6021.2018/0024845-9 – FISC -Nos termos do disposto no art. 16, do Decreto n.º 48.592 de 06 de agosto de 2007,**APROVAMOS** a prestação de contas do processo de adiantamento em nome de NEUZA MARIA FAGUNDES DE SOUZA, CPF nº 157.084.138-16, RF 646.785.7 referente ao mês de NOVEMBRO de 2018, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

6021.2018/0014331-2 – CGGM -Nos termos do disposto no artigo 16, do Decreto nº. 48.592, de 06 de agosto de 2007, **APROVAMOS** a prestação de contas do processo de adiantamento de DESPESAS COM DIÁRIAS DE VIAGENS, em nome do senhor Procurador RODRIGO VENTIN SANCHES, CPF nº 268.352.618-03 referente aos meses de JULHO, AGOSTO E SETEMBRO de 2018, no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais).

SAÚDE

GABINETE DO SECRETÁRIO

SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIMPROC

DESPACHOS: LISTA 2019-2-006

COORDENACAO DE VIGILANCIA EM SAUDE

ENDERECO: .

PROCESSOS DA UNIDADE SMS/COVISA/SGVRSRT

2017-0.096.824-2 AUTO POSTO SYSTEM LTDA EPP DOCUMENTAL

AS IRREGULARIDADES CONSTANTES NO AUTO DE INFRA-CAO SERIE H-006478 FORAM CORRIGIDAS. ARQUIVE-SE.

2017-0.098.697-6 AUTO POSTO BRASIL LTDA DOCUMENTAL

AS IRREGULARIDADES CONSTANTES NO AUTO DE INFRA-CAO SERIE H-006494 FORAM CORRIGIDAS. ARQUIVE-SE.

PROCESSO: 6018.2018/0063486-7

PORTARIA Nº 005/2019-SMS.G

O Secretário Municipal da Saúde de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Considerando as disposições contidas nos artigos 10 e 69 da Lei Municipal nº 13.725, de 09 de janeiro de 2004 (Código Sanitário do Município de São Paulo);

Considerando a necessidade de constante aperfeiçoamento das ações de vigilância em saúde, visando à proteção da saúde da população e as peculiaridades locais.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Regulamento Técnico que estabelece as normas sanitárias de funcionamento dos Centros Dia para pessoas idosas, públicos ou privados.

Art. 2º - Além da legislação federal, estadual e municipal, os estabelecimentos que prestam serviços de atenção à pessoa idosa na modalidade Centro Dia no município de São Paulo ficam obrigados a observar os parâmetros sanitários estabelecidos no referido Regulamento (anexo único).

Art. 3º - A desobediência ao disposto no Regulamento aprovado por esta Portaria configura infração sanitária punível nos termos da legislação específica e da Lei Municipal nº 13.725, de 09 de janeiro de 2004 - Código Sanitário do Município de São Paulo.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor 120 dias após a data de sua publicação.

ANEXO ÚNICO

Regulamento Técnico sobre as normas sanitárias de funcionamento dos Centros Dia para pessoas idosas.

1. OBJETIVO

Estabelecer as condições sanitárias de funcionamento referentes à estrutura física, às boas práticas e aos procedimentos operacionais padronizados, visando promover, proteger e recuperar a saúde das pessoas idosas usuárias do serviço.

2. DEFINIÇÕES

Grau de dependência (segundo a ANVISA):

Grau de Dependência I: pessoas idosas independentes, mesmo que requeiram uso de equipamentos de autoajuda, ou seja, qualquer equipamento utilizado para compensar ou potencializar habilidades funcionais, tais como: bengala, andador, óculos, aparelho auditivo e cadeira de rodas, entre outros com função assemelhada.

Grau de Dependência II: pessoas idosas com dependência em até 3 atividades de autocuidado para a vida diária, tais como: alimentação, mobilidade, higiene, dentre outros; sem comprometimento cognitivo ou com alteração cognitiva controlada.

Grau de Dependência III: pessoas idosas com dependência que requeiram assistência em todas as atividades de autocuidado para a vida diária e/ou com comprometimento cognitivo.

3. RESPONSÁVEL TÉCNICO

Profissional com nível superior, legalmente habilitado, que responda tecnicamente pelo funcionamento e pelas condições sanitárias dos serviços denominados Centro Dia. Além dos conhecimentos gerais de sua formação, este profissional deve ter conhecimentos específicos relativos ao processo de envelhecimento que possam ser comprovados por meio de certificados de participação em cursos e eventos de capacitação sobre o tema.

4. CARACTERIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

Para fins de Vigilância Sanitária:

Os Centros Dia são estabelecimentos públicos ou privados, destinados à atenção integral da pessoa idosa, em período diurno, sem pernoite, que devem:

Oferecer atendimento integral (alimentação, higiene pessoal, segurança e lazer), bem como propiciar o desenvolvimento de atividades programadas com a participação efetiva das pessoas idosas e, sempre que possível, com familiares e cuidadores, respeitando os limites físicos, as preferências, os aspectos socioculturais, territoriais e as demandas dos usuários do serviço.

Zelar pela individualidade, privacidade e dignidade dos usuários do serviço.

Dispor de equipe específica e qualificada para a o desenvolvimento de atividades planejadas, sistematizadas e especializadas às pessoas idosas.

5. CAPACIDADE

O número de pessoas atendidas no Centro-Dia está condicionado diretamente à sua estrutura física e à equipe de profissionais disponível no local, a fim de que sejam atendidas as necessidades dos usuários do serviço.

6. ABRANGÊNCIA

Pessoas Idosas, de ambos os sexos, com 60 anos ou mais, cuja condição e grau de dependência se beneficie do cuidado e do tipo de serviço prestado no Centro Dia.

7. ESTRUTURA FÍSICA CENTRO DIA

7.1 Características Gerais:

7.1.1 A Instituição deve atender aos requisitos de infraestrutura física previstos neste Regulamento Técnico, além das exigências estabelecidas em códigos, leis ou normas pertinentes, quer na esfera federal, estadual ou municipal e, normas específicas.

7.1.2 As instalações prediais de água, esgoto, energia elétrica, gás, proteção e combate a incêndio, telefonia e outras existentes, devem atender às normas técnicas de segurança locais vigentes a cada uma das instalações.

7.1.3 O serviço deve oferecer instalações físicas em condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança e garantir acessibilidade, conforme estabelecido na lei de promoção da acessibilidade vigente.

7.1.4 O Centro Dia deve apresentar identificação externa em local visível.

7.2. Edificação e Instalações:

7.2.1 Os ambientes frequentados pelos usuários do serviço devem apresentar barras de apoio e/ou corrimãos dispostos em locais que favoreçam a segurança e estimulem a autonomia.

7.2.2 A estrutura física do Centro Dia não deve ter comunicação direta com dependências residenciais, bem como, não pode ser utilizado como moradia, dormitório ou para outras finalidades não pertencentes à atividade fim.

7.2.3 O dimensionamento do estabelecimento deve ser compatível com as atividades desenvolvidas e o número de usuários do serviço.

7.2.4 As áreas internas devem ser identificadas, oferecer conforto térmico, boa iluminação e ventilação. Os ambientes devem ser conservados limpos, organizados, em boas condições de conservação, livres de umidade, bolores, descasamentos, rachaduras e de outras insalubridades, pragas, vetores urbanos, bem como de materiais inservíveis e/ou em desuso.

7.2.5 Os pisos internos e externos devem ser, preferencialmente, planos, contínuos, uniformes e de fácil higienização. Áreas como rampas, escadas e sanitários devem ser sinalizadas e revestidas com material liso e antiderrapante.

7.2.6 Em locais com desnível de piso e em ambientes mais altos em relação a outros é obrigatória a instalação de rampa e corrimão, conforme especificações vigentes. Os pisos das rampas devem possuir dispositivos antiderrapantes específicos, sinalização e seguir as especificações de acessibilidade da legislação vigente.

7.2.7 Caso existam escadas na edificação, estas devem apresentar: corrimão, guarda-corpo e contenção. Os pisos das escadas devem possuir dispositivos de sinalização e seguir as especificações de acessibilidade, previstos na legislação vigente.

7.2.8 Se a edificação apresentar elevadores ou plataformas, as normas de segurança vigentes deverão ser observadas.

7.3. Estrutura Mínima

Exigências específicas para os Centros Dia

7.3.1 Áreas específicas destinadas às atividades, convivência e lazer

Deve oferecer espaços de uso coletivo, externos ou internos, com estrutura física adequada para a realização das atividades previstas no Plano de Trabalho do serviço e para a promoção da convivência entre os usuários, familiares, cuidadores e visitantes.

7.3.2. Sala de descanso

O Centro Dia deve apresentar área de repouso com mobiliário adequado onde os usuários possam descansar quando desejarem.

7.3.3. Sanitários:

7.3.3.1 O Centro Dia deve oferecer 1 sanitário com 1 bacia e 1 lavatório, para cada 10 usuários do serviço.

7.3.3.2 Os sanitários devem possuir: barra de apoio, vaso sanitário com assento e tampa, descarga em bom estado de funcionamento, lixeira com tampa com acionamento que impeça o contato manual e pia para a higienização das mãos.

7.3.3.3 As pias para a higienização das mãos devem apresentar sabonete líquido, toalha de papel descartável ou outro dispositivo automático de secagem das mãos.

7.3.3.4 O local deve possuir área mínima e barras de apoio que permitam a transferência frontal e/ ou lateral de uma pessoa em cadeira de rodas.

7.3.3.5 No caso de vaso sanitário com caixa de água acoplada, deve ser instalada barra de apoio na parede do fundo, de forma a evitar que a caixa seja utilizada como apoio e cause acidentes.

7.3.4. Área de higienização pessoal

7.3.4.1 Para os cuidados de higiene pessoal deve-se garantir área dotada de chuveiro e ducha higiênica com água quente, pia para higienização das mãos abastecida com sabonete líquido, papel toalha e lixeira com tampa de abertura sem contato manual.

7.3.4.2 Esta área deve ser constituída de forma que garanta a privacidade e o conforto da pessoa idosa.

7.3.5. Cozinha

7.3.5.1 A alimentação deve ser preparada em espaço exclusivo e as instalações devem ser organizadas de maneira a restringir o trânsito de pessoas no local.

7.3.5.2 A estrutura física das áreas destinadas ao armazenamento, pré-preparo, preparo, distribuição e consumo de alimentos deve seguir os critérios de segurança e qualidade das boas práticas na manipulação de alimentos especificados em regulamento vigente.

7.3.5.3 É obrigatório que seja definido um local para armazenamento dos produtos alimentícios. Tal local pode estar dentro ou fora da área da cozinha, sendo exclusivo para esse fim e apresente quantidade de alimentos adequada à demanda do serviço.

7.3.5.4 Caso o estabelecimento opte pela terceirização do serviço de alimentação, deve contratar estabelecimento cadastrado/licenciado na Vigilância Sanitária local.

7.3.6. Refeitório

Deve definir um local adequado para a realização das refeições coletivas, com área mínima e segura para circulação, dotada de mesas e cadeiras em número suficiente para os usuários.

7.3.7. Área de Serviços

7.3.7.1 Deve apresentar área exclusiva, dotada de equipamentos e utensílios necessários para o suporte e a higienização dos ambientes e roupas.

7.3.7.2 A área destinada à lavagem de roupas sujas deve ser separada da área de roupa limpa por barreira física ou técnica para impedir a contaminação cruzada.

7.3.7.3 Os produtos de higiene e limpeza devem ser armazenados em local identificado e seguro. Este lugar pode ser dentro da área de serviços ou em outro ambiente, sendo exclusivo para esse fim.

7.3.8. Área para a guarda de acessórios e pertences de uso coletivo e/ou pessoais

7.3.8.1 Todos os acessórios de uso coletivo devem ser guardados em local específico, identificado, protegido e de forma organizada.

7.3.8.2 Todos os pertences pessoais dos usuários e dos funcionários devem ser guardados em local específico e individual.

7.3.9. Área para medicamentos e insumos de saúde

7.3.9.1 A Instituição deve dispor de local seguro, de acesso restrito à equipe para a guarda de medicamentos e insumos de saúde.

7.3.9.2 Nesse local serão guardados todos os medicamentos trazidos pelos usuários do serviço, mantendo anexa cópia do receituário médico, que deve constar na pasta individual de cada usuário.

7.3.9.3 Cabe ao responsável técnico da instituição a responsabilidade pela guarda e pelo controle dos medicamentos. É vedado o estoque de medicamentos sem prescrição médica.

7.3.9.4 Todos os medicamentos deverão apresentar os dados completos de rastreabilidade, tais como: nome, número de lote e validade, sendo proibida a guarda de medicamentos fora do blister e o fracionamento dos mesmos.

7.3.9.5 Quando houver necessidade da guarda de medicamentos termolábeis, o serviço deve dispor de geladeira exclusiva para o armazenamento destes, dotada de termômetro de registro de temperaturas máxima, mínima e momento. O serviço deve manter planilha de controle de temperatura, com dois registros diários, bem como realizar o registro das providências adotadas em caso de alterações.

7.3.9.6 O resíduo perfurocortante deve ser mantido em recipiente específico para este fim, rígido e com tampa, devidamente identificado e resistente à punctura, ruptura e vazamento, após preenchida sua capacidade máxima, deve ser armazenado em local seguro, até ser encaminhado adequadamente ao descarte.

7.3.10. Área externa

7.3.10.1 Deve ser prevista área externa descoberta para convivência e desenvolvimento de atividades ao ar livre (solarium com bancos, vegetação e outros).

7.3.10.2 A vegetação deve ser mantida aparada. As áreas circundantes devem permanecer limpas, organizadas, em boas condições de conservação, livres de focos de insalubridades e de materiais inservíveis e/ou em desuso.

7.3.11. Área de armazenamento de resíduos

A área destinada ao armazenamento de resíduos deve ter dimensão compatível com a quantidade gerada e com a frequência da coleta. Deve ser revestida de material lavável e protegida da chuva, sol e do acesso de animais.

8. MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS

8.1 Os móveis, equipamentos e utensílios devem ser mantidos de forma organizada, limpos e bem conservados. Não devem apresentar incrustações, ferrugens, furos, amassamentos, falhas nos revestimentos, tecido rasgado, frestas de madeira e bordas pontiagudas.

8.2 As mesas, cadeiras, poltronas reclináveis, pias, móveis, equipamentos e utensílios devem estar disponíveis em quantidades suficientes, de acordo com a demanda.

8.3 O arranjo físico dos equipamentos e móveis deve prever áreas de circulação seguras.

8.4 O Centro Dia deve dispor de acessórios para desenvolver as atividades físicas e lúdicas, em quantidade suficiente, em bom estado de conservação, limpeza e armazenados de forma organizada e segura.

9. ALIMENTAÇÃO

9.1 Deve ofertar número adequado de refeições, em consonância com o período de permanência dos usuários no local (definido em Contrato de Prestação de Serviço, devidamente assinado pela pessoa idosa capaz ou responsável legal) e seguindo, se houver, as orientações prescritas pelo médico e/ou nutricionista, em casos específicos.

9.2 O recebimento, armazenamento, pré-preparo, preparo e distribuição para consumo dos produtos alimentícios devem respeitar e seguir os critérios de qualidade e segurança das Boas Práticas de Manipulação de Alimentos especificados em Regulamento vigente.

10. SAÚDE

10.1 O Centro Dia deve manter de forma individualizada, organizada e atualizada informações sobre os usuários do serviço.

10.2 Em caso de emergências de saúde e nos casos em que houver necessidade de assistência qualificada por profissional de saúde, os responsáveis pelo estabelecimento deverão acionar serviço de atendimento móvel de urgência, para transferência a um serviço de saúde adequado, nas situações em que o responsável pela pessoa idosa não tenha condições de fazê-lo.

10.3 A equipe do serviço deverá notificar à unidade de vigilância em saúde as doenças, agravos e eventos de saúde pública de notificação compulsória conforme o estabelecido em lei.

11. RECURSOS HUMANOS

O Centro Dia para Idosos deve apresentar Recursos Humanos com vínculo formal de trabalho, que garantam a realização das seguintes atividades:

11.1 Para a coordenação técnica: profissional Responsável Técnico, com carga horária mínima de 06 horas diárias.

11.2 Para os cuidados e o acompanhamento dos idosos:

a) Grau de Dependência I: um cuidador para cada 20 idosos, ou fração, garantindo-se a cobertura de todo o horário de funcionamento;

b) Grau de Dependência II: um cuidador para cada 10 idosos, ou fração, que garanta a cobertura de todo o horário de funcionamento;

c) Grau de Dependência III: um cuidador para cada 6 idosos, ou fração, que garantindo-se a cobertura de todo o horário de funcionamento.

11.3 Para o serviço de alimentação: funcionários (as) exclusivos (as) para a cozinha, que garantam a cobertura de todo o horário de funcionamento.

11.4 Para serviços de limpeza: funcionários (as) exclusivos (as) que garantam a cobertura de todo o horário de funcionamento.

11.5 A instituição que possuir profissional de saúde vinculado à sua equipe de trabalho, deve exigir registro desse profissional no seu respectivo Conselho de Classe.

11.6 No caso do serviço prestar assistência e cuidados diários de saúde aos idosos, possuindo quadro habilitado de profissionais de saúde para o desenvolvimento dessas atividades, deverá apresentar responsável técnico da área da saúde.

12. Documentação

Os documentos referidos neste Regulamento devem permanecer no estabelecimento, organizados, atualizados e disponíveis para a Autoridade Sanitária no momento da inspeção.

I. Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

II. Contrato Social (com dados atualizados: endereço, responsável legal e objeto social), Estatuto (registrado) ou Registro de Entidade Social.

III. Contrato de Prestação de Serviços com atribuições específicas do profissional indicado como Responsável Técnico do estabelecimento, bem como a carteira do Conselho de Classe do referido funcionário legalmente habilitado.

VI. Contratos de Prestação de Serviços do Quadro de Recursos Humanos e escalas de trabalho.

V. Contratos de Serviços Terceirizados, quando houver.

VI. Certificado de higienização do reservatório de água, realizado a cada 6 (seis) meses, sob os métodos recomendados pelos órgãos oficiais.

VII. Pasta individual contendo: registro de entrada e saída dos idosos, com anotações atualizadas sobre o usuário do serviço: nome completo, documentação, data de ingresso no serviço, horário de permanência na Instituição, contatos em caso de emergência, receitas médicas e necessidades especiais.

VIII. Livro de intercorrências, com registros atualizados.

IX. Cópia da Carteira de vacinação dos usuários do serviço e dos funcionários atualizada.

X. Procedimentos Operacionais Padronizados.

X.I Plano de Trabalho desenvolvido exclusivamente para o serviço e Plano de Atenção à Pessoa Idosa individualizado.

XII. Contrato de prestação de serviços firmado com os usuários.

12.1. Todo Centro Dia deve possuir licença sanitária emitida pelo órgão sanitário competente de acordo com o estabelecido na legislação vigente.

PROCESSO: 6018.2018/0065374-8

PORTARIA Nº 024/2019-SMS.G

O Secretário Municipal da Saúde, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no disposto na Lei Municipal nº 14.159, de 16 de maio de 2006, e

CONSIDERANDO:

A relevância de desenvolver estratégias de comunicação e mobilização social, visando à divulgação de informações relativas às medidas de prevenção das arboviroses, em especial a eliminação de criadouros nos imóveis;

A necessidade de reduzir os níveis de infestação do Aedes aegypti, visando reduzir a incidência da Dengue, Doença Aguda pelo vírus Zika, Febre de Chikungunya e evitar a ocorrência de Febre Amarela Urbana no Município de São Paulo;

A necessidade de ampliar a cobertura vacinal da população contra a Febre Amarela no município de São Paulo;

DETERMINA:

I. A realização do Dia “D” de Intensificação das Ações de Prevenção das Arboviroses, no município de São Paulo, no dia 02 de fevereiro de 2019;

II. A execução de ações de vacinação da febre amarela em unidades de saúde, com abertura dos postos de vacinação no dia 02 de fevereiro de 2019, além da realização de atividades extra-muros;

III. A abertura das Unidades de Vigilância em Saúde, no horário das 7:00 às 17:00 horas, no dia 02/02/2019, para viabilizar a atuação dos profissionais das equipes de vigilância em saúde convocados para trabalhar no dia “D” de Intensificação das Ações de Prevenção das Arboviroses;

IV. A realização de ações de prevenção e controle vetorial pelos Agentes Comunitários de Saúde – ACS, Agentes de Saúde Ambiental/Combate às Endemias – ASACE, Agentes de Proteção Ambiental – APA e por outros profissionais de saúde convocados para participar do dia “D” de Intensificação das Ações de Prevenção das Arboviroses;

V. Caberá à Divisão de Vigilância Epidemiológica – DVE, da Coordenadoria de Vigilância em Saúde, a coordenação das estratégias de vacinação contra a febre amarela, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde”.

VII. Caberá ao Centro de Armazenamento e Distribuição de Imunobiológicos – CADi do PMI – Programa Municipal de Imunizações da DVE e aos Postos de Armazenamento e Distribuição de Imunobiológicos – PADI, das Coordenadorias Regionais de Saúde (CRS) - o armazenamento e distribuição dos imunobiológicos, insumos e demais materiais necessários para realização das ações de vacinação contra a febre amarela.

VIII. Caberá aos Coordenadores Regionais de Saúde, por meio das Divisões Regionais de Vigilância em Saúde – DRVS e das Unidades de Vigilância em Saúde – UVIS, a coordenação e a supervisão das estratégias de vacinação contra a febre amarela e de vigilância em saúde ambiental na área de sua abrangência, de acordo com as diretrizes propostas pela SMS;

IX. Caberá aos Coordenadores Regionais de Saúde, em conjunto com a COVISA, promoverem as articulações necessárias para a execução das atividades de vacinação, quer seja na convocação de recursos humanos em número suficiente e de forma a garantir com tranquilidade o desenvolvimento das ações, quer seja no fornecimento de instalações, equipamentos, materiais e veículos abastecidos;

X. Caberá aos Gerentes das Unidades Básicas de Saúde, administradas diretamente por SMS ou pelas entidades conveniadas e contratadas, a responsabilidade de organizar as ações de vacinação e de prevenção e controle vetorial executadas por suas equipes, na área de abrangência de sua unidade;

XI. Fixar em R\$ 40,00 o valor diário por pessoa, referente à ajuda de custo devida aos profissionais que atuarem no dia "D" de Intensificação das Ações de Prevenção das Arboviroses, a realizar-se no dia 02 de fevereiro de 2019;

XII. Que os servidores municipais terão as horas trabalhadas no dia "D" de Intensificação das Ações de Prevenção das Arboviroses, fora de sua jornada de trabalho, descontadas em folgas, no período de 30 dias após o dia 02 de fevereiro de 2019, a serem usufruídas mediante autorização do seu Chefe Imediato, atendendo sempre a conveniência do serviço;

XIII. Como sendo de relevante interesse público os serviços prestados no dia "D" de Intensificação das Ações de Prevenção das Arboviroses, por convocação ou caráter voluntário;

XIV. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PROCESSO: 2018-0.027.218-5
APURAÇÃO PRELIMINAR
DESPACHO DO SECRETÁRIO

À vista dos elementos constantes no processo 2018-0.027.218-5 e em especial a manifestação da Coordenadoria Jurídica-COJUR desta Pasta, que acolho, DETERMINO O ARQUIVAMENTO do presente feito, com fundamento no art. 102, inciso II, do Decreto 43.233/2003, uma vez que não restou comprovada a existência de responsabilização funcional na apuração preliminar.

PROCESSO: 2017-0.143.772-0
APURAÇÃO PRELIMINAR
DESPACHO DO SECRETÁRIO

À vista dos elementos constantes no processo 2017-0.143.772-0 em especial a recomendação de PROCED e a manifestação da COJUR desta Pasta, que acolho, DETERMINO O ARQUIVAMENTO do presente feito, com fundamento no art. 102, inciso II do Decreto nº 43.233/2003, uma vez que não restou comprovada a existência de responsabilização funcional na apuração preliminar.

PROCESSO: 6018.2018/0041918-4
APURAÇÃO PRELIMINAR
DESPACHO DO SECRETÁRIO

À vista dos elementos constantes no processo SEI 6018.2018/0041918-4 e, em especial a manifestação da Coordenadoria Jurídica - COJUR desta Pasta, que acolho, DETERMINO O ARQUIVAMENTO do presente feito, com fundamento no art. 102 inciso II, do Decreto 43.233/2003, uma vez que não restou comprovada a existência de responsabilidade funcional na averiguação preliminar.

PROCESSO: 6018.2018/0057097-4
APURAÇÃO PRELIMINAR
DESPACHO DO SECRETÁRIO

O Secretário Municipal da Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e, considerando o disposto no Decreto nº 43.233/2003, resolve:

CONCEDER à Comissão Permanente de Apuração Preliminar, constituída pela Portaria nº 831/2017-SMS-G, a prorrogação do prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos referentes ao processo SEI nº 6018.2018/0057097-4.

PROCESSO: 6018.2018/0057099-0
APURAÇÃO PRELIMINAR
DESPACHO DO SECRETÁRIO

O Secretário Municipal da Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e, considerando o disposto no Decreto nº 43.233/2003, resolve:

CONCEDER à Comissão Permanente de Apuração Preliminar, constituída pela Portaria nº 831/2017-SMS-G, a prorrogação do prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos referentes ao processo SEI nº 6018.2018/0057099-0.

PROCESSO: 6018.2018/0040117-0
APURAÇÃO PRELIMINAR
DESPACHO DO SECRETÁRIO

O Secretário Municipal da Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e, considerando o disposto no Decreto nº 43.233/2003, resolve:

CONCEDER à Comissão Permanente de Apuração Preliminar, constituída pela Portaria nº 831/2017-SMS-G, a prorrogação do prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos referentes ao processo SEI nº 6018.2018/0040117-0.

COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

COVISA - GABINETE
2018-0.005.356-4

À vista dos elementos constantes nos autos do PA 2018.0.005.356-4 e, em especial, das manifestações dispensadas pela Área Técnica (fls. 122/126) e Núcleo de Apoio Jurídico desta COVISA (fls. 133/135), **DEIXO DE RECEBER** o recurso administrativo interposto em 29/06/2018 pela **DROGARIA SÃO PAULO S/A**, inscrita no CNPJ nº 61.412.110/0096-16 contra o Auto de Imposição de Penalidade de Multa nº 66-034.713-0, porquanto, **INTEMPESTIVO** (fls. 81/94). Os recursos previstos no Código Sanitário do Município de São Paulo devem ser apresentados em 10 (dez) dias corridos, contados da decisão combatida, logo, se a decisão foi publicada em 16/06/2018, o prazo para eventual oposição foi até 27/06/2018. Anota-se que, ainda que tempestivo fosse, no mérito ser-lhe-ia negado provimento, pois os argumentos trazidos aos autos não apresentaram fatos ou elementos que justifiquem a reforma da decisão recorrida, que MANTENHO.

Adv. Dra. Alessandra de Almeida Figueiredo OAB/SP 237.754.

COVISA - GABINETE
2017-0.098.854-5

À vista do constante no presente administrativo, e nos termos da competência delegada pela Portaria nº 727/2018-SMS/G c/c Portaria 1.249/2018 SMS-G RERRATIFICIO de despacho proferido às fls. 246, publicado no D.O.C. de 18/08/2018 em página 29, para dele constar:

Onde se Lê "... Adv. Dra Alexandra de Almeida Figueiredo OAB /SP 237.754...".

Leia-se "...Adv. Dra Alessandra de Almeida Figueiredo OAB /SP 237.754...".

COVISA - GABINETE
2017-0.184.137-8

A vista dos elementos constantes no presente, e em especial a manifestação de fls. 84/85, do Núcleo de Apoio Jurídico de COVISA, recebo o recurso interposto pela empresa **BELLA REGENTE PÃES E DOCES LTDA EPP- CNPJ nº10.774.561/0001-00**, frente ao Auto de Imposição de Penalidade de Interdição Parcial série G nº 007634, posto que atendidos os critérios de admissibilidade, mas no mérito **NEGO-LHE PROVIMENTO**, por falta de apresentação de fatos novos capazes de infirmar a legalidade da autuação questionada.

Adv.Flávio Tóffoli OAB –SP 285.649.

COVISA - GABINETE
2018-0.030.828-7

A vista dos elementos constantes no presente, e em especial a manifestação de fls. 93/95, do Núcleo de Apoio Jurídico de COVISA, recebo o recurso interposto pela empresa **DROGARIA SÃO PAULO S/A – CNPJ nº 61.412.110/0053-86**, frente ao Auto de Multa nº 66-034.712-1, **posto que atendidos os critérios de admissibilidade, mas no mérito NEGO-LHE PROVIMENTO**, por falta de apresentação de fatos novos capazes de infirmar a legalidade da autuação questionada.

AdvS. Alessandra de Almeida Figueiredo OAB/SP 237.754, Paulo Eduardo G. Palenzuela OAB/SP 185.924 e Samuel L. de Araújo Silva OAB/RJ 212.079 .

COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE LESTE

DESPACHO DA COORDENADORA REGIONAL DE SAÚDE

6018.2018/0030909-5 - À vista dos elementos que instruem o presente, e em conformidade com a delegação a mim conferida pela Portaria 727/2018-SMS.G., e as informações contidas no link 013851202, e observadas as cautelas de estilo, e observadas as cautelas de estilo, ACEITO a doação, sem encargos, dos bens mencionados no link 9630863 deste administrativo, para o CAPS ALCOOL e DROGAS ERMELINO MATARAZZO, pertencente a esta Coordenadoria Regional de Saúde Leste, decorrente do Contrato de Gestão R019/2016-SMS/NTCSS, efetuado pelo SERVIÇO SOCIAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO – SECONCI-SP, CNPJ 61.687.356/0039-02, no valor de R\$ 665,77 (seiscentos e sessenta e cinco reais e setenta e sete centavos), com fundamento no artigo 1.º do Decreto Municipal 40.384/01, alterado pelo Decreto Municipal 58.102/17.

6018.2018/0045660-8 - À vista dos elementos que instruem o presente, e em conformidade com a delegação a mim conferida pela Portaria 727/2018-SMS.G., e as informações contidas no link 013853071, e observadas as cautelas de estilo, ACEITO a doação, sem encargos, com fundamento no artigo 1.º do Decreto Municipal 40.384/01, alterado pelo Decreto Municipal 58.102/17, realizado por CÉSAR SEVERINO DA SILVA, CPF 318.215.098-70, referente ao bem mencionado no link 011249405, no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), integrando assim, o patrimônio do SERVIÇO DE RESIDENCIA TERAPEUTICA II GUAIANASES, pertencente a Coordenadoria Regional de Saúde Leste.

6018.2018/0030900-1 - À vista dos elementos que instruem o presente, e em conformidade com a delegação a mim conferida pela Portaria 727/2018-SMS.G., e as informações contidas no link 013858709, e observadas as cautelas de estilo, e observadas as cautelas de estilo, ACEITO a doação, sem encargos, dos bens mencionados no link 9630304 deste administrativo, para a UBS VILA CISPER, pertencente a esta Coordenadoria Regional de Saúde Leste, decorrente do Contrato de Gestão R019/2016-SMS/NTCSS, efetuado pelo SERVIÇO SOCIAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO – SECONCI-SP, CNPJ 61.687.356/0039-02, no valor de R\$ 640,00 (seiscentos e quarenta reais), com fundamento no artigo 1.º do Decreto Municipal 40.384/01, alterado pelo Decreto Municipal 58.102/17.

6018.2018/0037609-4 - À vista dos elementos que instruem o presente, e em conformidade com a delegação a mim conferida pela Portaria 727/2018-SMS.G., e as informações contidas no link 013859863, e observadas as cautelas de estilo, e observadas as cautelas de estilo, ACEITO a doação, sem encargos, do(s) bem(ns) mencionado(s) no(s) link(s) 010817970 deste administrativo, para a SUPERVISÃO TÉCNICA DE SAÚDE DE ERMELINO MATARAZZO, SUPERVISÃO TÉCNICA DE SAÚDE DE SÃO MIGUEL E SUPERVISÃO TÉCNICA DE SAÚDE DE ITA-QUERA, pertencente a esta Coordenadoria Regional de Saúde Leste, decorrente do Termo de Parceria 062/2017 ao Contrato Organizativo de Ação Pública Ensino-Saúde, efetuado pelo CENTRO EDUCACIONAL NOSSA SENHORA DA PENHA, CNPJ 04.898.872/0001-70, no valor de R\$ 5.318,24 (cinco mil, trezentos e dezoito reais e vinte e quatro centavos), com fundamento no artigo 1.º do Decreto Municipal 40.384/01, alterado pelo Decreto Municipal 58.102/17.

6018.2018/0040307-5 - À vista dos elementos que instruem o presente, e em conformidade com a delegação a mim conferida pela Portaria 727/2018-SMS.G., e as informações contidas no link 013861391, e observadas as cautelas de estilo, e observadas as cautelas de estilo, ACEITO a doação, sem encargos, dos bens mencionados no link 0107087700 deste administrativo, para a UBS BURGO PAULISTA, pertencente a esta Coordenadoria Regional de Saúde Leste, decorrente do Contrato de Gestão R019/2016-SMS/NTCSS, efetuado pelo SERVIÇO SOCIAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO – SECONCI-SP, CNPJ 61.687.356/0039-02, no valor de R\$ 1.578,00 (um mil, quinhentos e setenta e oito reais), com fundamento no artigo 1.º do Decreto Municipal 40.384/01, alterado pelo Decreto Municipal 58.102/17.

6018.2018/0057717-0 - À vista dos elementos que instruem o presente, e em conformidade com a delegação a mim conferida pela Portaria 727/2018-SMS.G., e as informações contidas no link 013862886, e observadas as cautelas de estilo, e observadas as cautelas de estilo, ACEITO a doação, sem encargos, dos bens mencionados no link 0107087700 deste administrativo, para a SUPERVISÃO TÉCNICA DE SAÚDE DE ERMELINO MATARAZZO e COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE LESTE, decorrente do Termo de Parceria 041/2017 ao Contrato Organizativo de Ação Pública Ensino-Saúde, efetuado pela ASSOCIAÇÃO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO – ASSUPERO, CNPJ 06.099.229/0001-01, no valor de R\$ 4.822,00 (quatro mil, oitocentos e vinte e dois reais), com fundamento no artigo 1.º do Decreto Municipal 40.384/01, alterado pelo Decreto Municipal 58.102/17.

6018.2018/0030874-9 - À vista dos elementos que instruem o presente, e em conformidade com a delegação a mim conferida pela Portaria 727/2018-SMS.G., e as informações contidas no link 013864408, e observadas as cautelas de estilo, e observadas as cautelas de estilo, ACEITO a doação, sem encargos, dos bens mencionados no link 9629453 deste administrativo, para a UBS COSTA MELO, pertencente a esta Coordenadoria Regional de Saúde Leste, decorrente do Contrato de Gestão R019/2016-SMS/NTCSS, efetuado pelo SERVIÇO SOCIAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO – SECONCI-SP, CNPJ 61.687.356/0039-02, no valor de R\$ 640,00 (seiscentos e quarenta reais), com fundamento no artigo 1.º do Decreto Municipal 40.384/01, alterado pelo Decreto Municipal 58.102/17.

EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO
TERMO DE DOAÇÃO SEM ENCARGO 78/2018 – CRS. Leste

6018.2018/0059919-0
DOADOR: MARIA LUCIA GARCIA, CPF 305.187.507-44
DONATÁRIO: Serviço de Residência Terapêutica (SRT) Itaquera Feminina/COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE LESTE
OBJETO: 01 (uma) máquina de lavar-roupa, Brastemp, Alive, 11 kg.

VALOR: R\$ 700,00 (setecentos reais)
RETIRRATICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO – DOC 04/09/2018, PÁG. 35
EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO
TERMO DE DOAÇÃO SEM ENCARGOS 61/2018 – CRS. Leste

6018.2018/00035368-0
DOADOR: FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS EDUCACIONAIS LTDA., CNPJ 63.063.689/0001-13
DONATÁRIO: COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE LESTE

OBJETO: 01 (um) monitor DELL Led 13,5” e 02 (duas) cafeteria elétrica Philco Aço Escovado (link 010455593), decorrente do Termo de Parceria 30/2017 ao Contrato Organizativo de Ação Pública de Ensino-Saúde
VALOR: R\$ 817,00 (oitocentos e dezessete reais)

COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE OESTE

PORTARIA 035/CRSO/STSLAPI/2019

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO DOC DE 11/01/2019, PÁGINA 15

LEIA-SE COMO SEGUE E NÃO COMO CONSTOU:
A Coordenadoria Regional de Saúde Oeste, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei

RESOLVE:
Publicar a relação de funcionários da UVIS Lapa/Pinheiros, Vigilância Epidemiológica Lapa/Pinheiros, Vigilância Ambiental Lapa/Pinheiros, Divisão Regional de Vigilância em Saúde Oeste, PADI Centro Oeste, AMA UBS Integrada Vila Nova Jaguaré, UBS Vila Jaguará, UBS Dr. José de Barros Magaldi, UBS Meninópolis – Mário Francisco Napolitano e UBS Jardim Edite - Gerencio Henrique Neto, que participarão das Ações de Prevenção das Arboviroses, que será realizada no dia 12/01/2019, das 08:00 hs às 17:00 hs.

Os servidores municipais terão as horas trabalhadas no dia 12/01/2019, fora da sua jornada de trabalho, descontadas em folgas, no período de 30 dias após o evento, a serem usufruídas mediante autorização da Chefia Imediata, atendendo sempre a conveniência do Serviço.

Nome	RF/RG	CPF
Allan Ferreira da Silva	448970442	36211186835
Amanda de Jesus Rosa	365134193	42647706883
Ana Beatriz Alves de Cavalho	364135888	40717392821
Ana Cristina da Silva	438604076	37832396806
Ana Lucia de Aquino Correia Barros	284876793	27744109830
Andrea Cristina Paes Gomes	267524043	20584899858
Barbara Camila Martins Gomes	337788376	30722286805
Carolina Pinheiro Borsolato	378951804	41638150826
Claudenete Nicolau dos Santos	203166322	09489648809
Claudinete Santos da Silva	306215998	25272758854
Claudionor Farias dos Passos	78886431	29438098534
Cristina Reiko Kazama	64073151	00415344840
Daniela de Souza Higa Ono	85093101	31310204829
Debora Regina Pozzer Rotili	15587533	00176674101
Dolores Lourença dos Anjos Santos	449419988	33890389813
Edson Manoel da Silva	345696372	32314031890
Elaine Aparecida Assaf	278117223	28236292894
Eliana Aparecida M.dos Santos	164766431	01414579888
Erica Navarro de Araújo	534446425	74740644215
Eunice Gonçalves Soares de Oliveira	75805552	06133623810
Fabiane do Prado Molon Moura	392214866	37627755832
Felipe de Almeida Silva	36701323X	43702078860
Fernanda de Campos Hernandez	64243681	07489553806
Giylene Gomes de Jesus	469953834	32833761821
Gisele Melo Alves Moretti	78687821	27879945806
Grazielle Ferreira Moreira	468288958	37517692852
Hallisson Lima Ferreira	72624691	25666638945
Helena Thomaz	62467702	79671292887
Isaac Gonzaga de Araújo	419001244	34050646862
Jennifer Lyanne Traves Pires	376915298	41267100869
Jessica Camila T. da Silva Brachini	445434181	37365684879
José Jandilson da Silva	78755091	03135186458
Jose Luis de Lima	71795961	82301668810
Jucineide dos Santos Gomes de Lima	431352239	22820689809
Juliana Sacramento de Oliveira	448870391	36768198882
Juliane Botelho Fernandes	45372291X	36588357885
Keila Da Silva Santos	366492858X	40316611859
Lilianne Da Silva Breve	28464995	25624477864
Maiozete Patricia De Andrade	16241155	26330382808
Marcia de Almeida Rocha	419344251	32773107870
Marcia Maria De Maio	18893038	11796398802
Márcio de Jesus Ferreira	79085391	11394228805
Márcio Hoghlhammer Moreira	73177512	11514998890
Marco Antônio de Moraes	57146643	06641358895
Marcos Paganelli	70403313	12584189836
Maria de Fátima Ramiro Portes	51349192	04248433826
Maria Reijanilma Oliveira M.de Sousa	275902730	29306134835
Maria Sella dos Reis	71912431	00646991884
Marisa Alves Fontana	82670221	11688185836
Marleide Nogueira de Souza	78960341	09108632880
Marta Silva do Nascimento Macedo	337181020	32655379861
Miriam Aparecida Santos	9893935	12955196827
Mônica Cristina da Silva Andrade	71730162	30892733810
Natally Gomes Motta	440656072	22881444830
Nira Lidia Alves Ribeiro Hernandez	80680901	05757578840
Odila Moran	63598252	05093296830
Oswaldo Rodrigues de Souza	70890152	08356292875
Paola de Oliveira Vasconcelos	79739771	33257899866
Patrícia Campacci Rasquinho	77401582	36872665831
Patrícia da Silva Cunha	345697388	31908204818
Patrícia Evangelista Costa	79730121	26851211882
Patrícia Pereira De Salve	59783352	02922948838
Rizoneide Guilherme de Oliveira	431350395	29119290802
Roberta Ferreira Cavalcante	79022711	51880989468
Ronaldo Marques Aguiira da Silva	72658241	27194524830
Rosane Alves de Souza dos Santos	534573216	03903551600
Rose Mary Scheroki	341157041	82301026787
Roseane Silva de Souza	45048435X	298010013884
Sérgio Batista	79024811	03892513805
Tatiane Almeida da Silva	43135072	29930679820

Thais Fabiana da Silva Mazzo	75029741	21365599825
Valéria Rodrigues Aguiar Nery	569826287	05592092580
Valquíria Martins Amorim de Souza	79893181	03264562871
Viviane Rodrigues dos Santos	75806493	29455941880
Wílma José da Silva Veja	279240053	42222613191
Wílma Pereira de Araújo	80405751	25106894875
Zilda Batista Lima	79220011	07930552888

PORTARIA Nº 034/2019 -
A Coordenadoria Regional de Saúde Oeste, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei
RESOLVE:
PUBLICAR a relação dos funcionários da Unidade de Vigilância em Saúde do Butantã – UVIS BUTANTÃ, que participarão do DIA "D" DE INTENSIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE PREVENÇÃO DAS ARBOVIROSES – 12/01/2019.
DATA: 12/01/2019 – SÁBADO
HORÁRIO: das 09:00 as 16:00

RF	Nomes
78981341	Catia Cristina Jorgio Dos Santos
79105681	Jose da Purificação Santos
79027941	Lucília Galvão de Sá Teles
79848471	Marilea das Neves Nogueira
75062011	Michele Alves de Luna
79861571	Mirley Regina Barboza Moura
79916811	Renan Oliva de Freitas
79858351	Rildo Nunes de Azevedo

COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE NORTE

SUPERVISÃO TÉCNICA DE SAÚDE SANTANA/ TUCURUVI/JAÇANÃ/TREMEMBÉ

COMUNICADO
A Supervisora Técnica de Saúde Santana/Tucuruvi/Jaçanã/ Tremembé, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, **TORNA SEM EFEITO** as Portarias nº 001/19 referente à composição dos conselheiros eleitos das unidades da Supervisão Técnica de Saúde Santana/Jaçanã e e 002/19 referene ao processo eleitoral para formação dos conselhos gestores de saúde da Supervisão Técnica de Saúde Santana/Jaçanã - biênio 2019/2021, publicadas no DOC de 10/01/19 - pág.24/25, por ter saído com incorreções.

23º - A posse dos membros do Conselho Gestor da Supervisão será realizada no dia 04/02/2019, às 14:30 horas em espaço determinado pela comissão eleitoral.

X- Este regulamento para o processo eleitoral do Conselho Gestor de Saúde da Supervisão Técnica de Saúde Santana/Jaçanã foi votado e aprovado em reunião de pleno, com os segmentos usuário e trabalhador no dia 08/01/2019 das 9:30h na sede da Supervisão.

XI- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

SUPERVISÃO TÉCNICA DE SAÚDE SANTANA/ JAÇANÃ

PUBLICADO NOVAMENTE POR TER SAÍDO COM INCORREÇÕES

Portaria nº 003/19
A Supervisora Técnica de Saúde Santana/Jaçanã, no uso de suas atribuições e de acordo com o estabelecido na lei 13.325 de 08/02/2002 e alterações citadas na lei de número 13.716 de 07/01/2004 regulamentada pelo Decreto 44.658 de 23/04/2004, e o estabelecido na resolução 008/04 do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo, além do Decreto 56.021 de 31/03/2015 que regulamenta a lei municipal 15.946 de 23/12/2013 **TORNA PÚBLICO** a formação dos Conselhos Gestores de Saúde das unidades da Área de abrangência do território do Jaçanã/ Tremembé/Santana/Tucuruvi/Mandaqui, Biênio 2018/2020, conforme processo eleitoral publicado em DOC de 10/10/2018 - página 20/21, com posse coletiva em 13/12/2018.

CECCO JAÇANÃ/TREMEMBÉ
SEGMENTO USUÁRIOS - TITULARES: